

INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM ANGOLA

ÍNDICE

I) Introdução;

II) Herança Colonial no Domínio da Investigação Científica;

III) Caracterização da Situação Actual da Investigação Científica em Angola;

IV) Perspectivas;

V) Propostas para Dinamização Científica em Angola.

Este texto foi elaborado a partir dos documentos que seguidamente se citam:

- Perspectivas sobre a Investigação Científica e o Desenvolvimento na República de Angola (Instituto de Investigação Científica de Angola);
- A Investigação Científica na Universidade Agostinho Neto – Balanço e Perspectivas (Comissão Provisória B do Conselho Universitário para os Assuntos Relacionados com a Investigação Científica);
- Documentos Base do 1.º Encontro Nacional de Investigação Científica (Comissão de Projectos Legais);
- Dos textos referidos foram retirados, com certa frequência, parágrafos na sua totalidade.

I) Introdução

“(…) Assumem grande importância para o desenvolvimento económico e social do país os trabalhos de investigação científica (…)” José Eduardo dos Santos – 1986.

Realmente no contexto actual da República de Angola, convém ter presente que a ciência, como produto da sociedade, nasce da produção material que condiciona em última instância o progresso do conhecimento científico e paralelamente o próprio desenvolvimento da ciência transforma-a, progressivamente, na fonte principal das mudanças, na técnica e na força produtiva.

Assim a interdependência estabelecida pelo binómio ciência/necessidades sociais faz com que a utilidade real da investigação científica, ou seja, o seu valor prático dependa das formas organizativas das actividades científicas, do trabalho científico e do sistema de relações sociais.

No entanto, entre nós, é frequente assistir-se até mesmo em sectores de natureza técnica, ou seja, naqueles que mais directa e concretamente dependem da ciência, não só para o seu progresso como até para a sua rotina diária, ao ataque, mais ou menos velado, mais ou menos directo, por actos ou por palavras, à investigação; e, muitas vezes por aqueles que possuem responsabilidades na orientação e distribuição de possibilidades.

Verifica-se também que muito poucos responsáveis ponderam que, para a eficácia da investigação científica, é fundamental que os serviços executores estejam preparados para aplicar, convenientemente, as possibilidades que aquela lhes possa oferecer. A utilidade real da investigação científica, ou seja, o seu valor prático, está estreitamente dependente do aproveitamento que os organismos executores dela queiram (ou sejam capazes de) fazer; desde que estes não a consultem, quando têm dúvidas ou não

atendam aos resultados que ela põe à sua disposição o esforço de investigação é em vão; ela passará a constituir uma organização parasita do erário público, uma instituição de fachada, inútil.

Há, no entanto, que trazer à reflexão o reverso da medalha: os organismos executores são forçados a tomar decisões rapidamente e, quando põem as perguntas à investigação; não podem compadecer-se com demoras; para actuar, têm necessidade de respostas imediatas e concretas para os seus problemas, para as suas dúvidas.

Daí resultarem incompreensões e incompatibilidades que vão favorecer a tendência do organismo executor em dispensar (ou depreciar) a investigação, geralmente lenta na resposta, tanto mais lenta quanto mais incipiente e carecida de meios ela for. E esta realidade constitui um dos maiores, se não o maior, dos muitos problemas da investigação científica em países “subdesenvolvidos” em especial, como se verifica até pela posição muito subalterna como ela é encarada, quando é, nos planos de desenvolvimento desses países.

Parece-nos necessário para uma melhor exposição destas considerações definir os diferentes tipos de investigação científica.

A investigação científica pode ser **livre** ou **orientada**; qualquer delas pode ser subdividida em **Investigação Fundamental** ou de **Base**, **Investigação Aplicada** e **Investigação de Desenvolvimento** ou, simplesmente, **Desenvolvimento**.

Investigação Fundamental ou de Base – Tem como objectivo alargar os limites do conhecimento científico, sem ter em vista qualquer aplicação prática precisa e imediata; o que interessa é o conhecimento, o saber, e este vale por si mesmo. Este tipo de investigação não obedece, por consequência, a nenhum estímulo estranho ao próprio conhecimento.

Investigação Aplicada – Intermédia entre a investigação de base e a de desenvolvimento, nela as preocupações utilitárias misturam-se com as teóricas; por um lado ela dirige-se para a prática, com a preocupação de resolver, predizer, organizar ou

planificar; por outro, ela tem preocupação de possuir um conhecimento exacto e preciso, tendo como propósito a profunda análise do real, a fim de a inteligência o abarcar o melhor possível.

Investigação de Desenvolvimento, ou Desenvolvimento Experimental, ou simplesmente Desenvolvimento – Tem como objecto a utilidade imediata aplicando os resultados da investigação aplicada e fundamental. Ela preocupa-se com respostas para os problemas práticos específicos, pondo em uso novos materiais, dispositivos produtos, sistemas ou processos ou melhorando os já existentes. Por consequência, ela procura conhecimento com vista à sua aplicação imediata num ramo específico da produção.

A Aplicação Orientada destes três tipos de investigação possibilita o desenvolvimento económico dos países mediante o estudo dos factos científico-culturais e das suas potencialidades produtivas (económicas), com prioridade para a investigação aplicada e de desenvolvimento.

II) Herança Colonial no Domínio da Investigação Científica

A República de Angola, país que conquistou a sua independência há sensivelmente trinta e um anos não foge às características gerais de subdesenvolvimento da maioria dos países africanos.

Esta situação estende-se também e sobretudo ao domínio da investigação científica onde a herança colonial consistiu em algumas estruturas de investigação relativamente importantes, esvaziadas de quadros científicos nacionais, cujos resultados não eram utilizados para o desenvolvimento endógeno.

Em meados do século XIX, as potências europeias lançaram-se numa política de conhecimento científico do território africano, de acordo com as suas ambições

coloniais. Um dos pontos altos desta política expansionista foi, como se sabe, a Conferência de Berlim.

Portugal, embora com atraso relativamente às outras potências europeias, também cria estruturas de investigação científica para África, dando assim início ao reconhecimento científico de Angola, nomeadamente nos aspectos geográficos e humanos para a exploração mais eficiente possível dos seus recursos. As áreas científicas privilegiadas eram, evidentemente, as ciências geográficas, geológicas e biológicas a que se juntava a descrição e etnográfica das populações.

A pesquisa era feita por Missões Científicas oficiais ou privadas que se deslocavam às colónias para o trabalho de campo e regressavam a Portugal realizando aí os trabalhos de gabinete e a publicação dos resultados que era feita por instituições como a Sociedade de Geografia ou a Junta de Investigações do Ultramar.

Nos anos 50, as grandes potências europeias, pressionadas pelo movimento de libertação nascente compreendem a necessidade de dar um novo impulso à investigação científica em África.

Novamente em atraso, Portugal decide relançar a investigação científica nas suas colónias. Assim, a antiga investigação científica nas suas colónias, a antiga investigação à distância, muda em 1955 com a criação dos Institutos de Investigação Científica de Angola (IICA) e de Moçambique (IICM).

Foram as primeiras instituições de investigação com sede nas colónias de carácter permanente.

Em 1955 cria-se também o “Conselho Coordenador da Investigação em Angola” presidido pelo Governador-Geral que tinha como objectivo a coordenação de toda a investigação científica a realizar na colónia, tendo em vista o aproveitamento integral dos recursos humanos disponíveis. Este Conselho só reuniu contudo em 1996 pela primeira vez.

É sobretudo depois de 1961, numa alternativa tardia de fazer face à luta de libertação nacional, que Portugal se decide por uma política de investigação científica mais ampla e dinâmica, isto é, pela “ocupação científica de Angola”. Já em 1962 surgem os Estudos Gerais Universitários, mais tarde transformados em Universidade de Luanda com filiais no Huambo e no Lubango.

Ao IICA juntam-se outros institutos, como o Instituto de Investigação Médica de Angola (IIMA), o Instituto de Investigação Agronómica de Angola (IIVA), o Instituto de Investigação Veterinária de Angola (IIVA), o Laboratório de Engenharia de Angola (LEA), o Instituto das Industrias de Pesca de Angola (IPSPA), entre outros.

Além destes institutos, também outros organismos realizavam investigação científica: o Serviço Meteorológico de Angola e a antiga Direcção Provincial dos Serviços de Geologia e Minas.

A tradição das Missões Científicas manteve-se, no entanto, com a “Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pescas de Angola” e a “Missão de Inquéritos Agrícolas” que nos anos 70 fez um trabalho considerável de levantamento socio-económico das populações rurais no quadro da então política colonial de “recuperação psicossocial”.

Os quadros científicos, técnicos superiores e até médios destas instituições eram portugueses na sua esmagadora maioria preenchendo os angolanos essencialmente o quadro de pessoal auxiliar. Destas instituições apenas o IICA era plurivalente criado com o objectivo de fazer o inventário e o estudo dos recursos minerais, energéticos vegetais, e humanos de Angola.

Na universidade colonial a investigação científica, desenvolvida, quer como suporte a teses de pós-graduação, quer pautando-se por temáticas escolhidas em resposta ao objectivo administrativo da ocupação científica de Angola ou na sequência de motivações científicas meramente pessoais, desenvolveu estudos que permitiram um avanço considerável do conhecimento dos problemas reais e locais coexistentes com outros de bastante menor relevância.

Relativamente aos doutoramentos há que referir os efeitos no estrangeiro, cujos frutos para a Angola de hoje são praticamente nulos pelo facto de tais quadros, na sua esmagadora maioria, terem abandonado o país depois do 25 de Abril de 1974, assim como os realizados em Angola com base em problemas nacionais.

No global, o trabalho de investigação científica realizado na época colonial foi vasto e valioso e ainda hoje Angola está longe de ter assimilado e tirado todo o proveito deste manancial de conhecimentos.

III) Caracterização da Situação Actual

Os raros resultados já obtidos na investigação científica pós independência, são, fundamentalmente, fruto do esforço individual dos seus autores e não de uma política e prática nacional de investigação científica, que infelizmente só começou a ser estruturada a partir de 1997 com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia. Entre os factores que mais contribuem para esta situação destacamos:

- A degradação geral do sistema de ensino, em particular a do ensino superior, onde se reflecte a deterioração acumulada de todos os níveis de ensino anteriores;
- A escassez de pós-graduações que não é assumida como prioridade nacional e suportada por uma política coerentemente definida;
- A insignificância dos investimentos para a investigação científica;
- Assim, constata-se, fundamentalmente, a falta de quadros a todos os níveis, quer em quantidade, quer em qualidade, a falta de meios materiais e financeiros e a ausência de uma organização eficiente no domínio da Ciência e Tecnologia não obstante se ter criado o Ministério há sensivelmente dez anos.

IV) Perspectivas

A importância da investigação científica foi sempre claramente referida por Sua Exa. o Presidente da República, Engenheiro José Eduardo dos Santos, nos vários discursos oficiais, destacando-se um dos primeiros pronunciamentos no discurso de abertura do Seminário sobre o Saneamento Económico e Financeiro 1987, quando declarou:

“ (...) Finalmente chegamos agora ao domínio da investigação científica aplicada ao desenvolvimento. Nesta área chave da nossa economia não devemos ter receio de investir, quer em recursos financeiros, quer em quadros de modo a estimular uma prática que normalmente compensa em grande escala todos os sacrifícios consentidos.

Devemos mobilizar a Universidade para a captação de ajudas externas, fomentar a formação técnica massiva sem descurar que a Universidade constitui um núcleo central vocacionado prioritariamente, antes da docência, para a investigação e a aquisição de conhecimentos fundamentais (...).”

Com efeito, devemos partir do princípio que a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico são prioridades nacionais, envolvendo a participação activa de toda a nação, isto é, do Governo, do aparelho estatal e das empresas, dos sectores público, privado e sociedade civil, das Universidades e de todos os agentes económicos e sociais.

A reflexão sobre as realidades sociais e económicas do país, de que não se possui ainda um conhecimento satisfatório dos recursos naturais existentes, da sua geografia, hidrologia, geologia, fauna, flora, etc., mostra-nos a conveniência de ter presentes os

princípios universais da metodologia da Investigação e Desenvolvimento, que aconselham dever coexistir, na República de Angola, os três tipos de investigação, mas todos orientados, dando prioridade à investigação aplicada e de desenvolvimento.

Nesta óptica, no momento actual, deverão priorizar-se os projectos de investigação científica e tecnológica cujo resultado final contribua para o combate à fome, à miséria, contribua para o desenvolvimento da agricultura nacional, o conhecimento do território nacional, o conhecimento da história, sociedade e homem angolano, o desenvolvimento das forças produtivas e a melhoria do nível de vida e de saúde das populações. Para o efeito devem existir planos de investigação, que por um lado devem obedecer as orientações superiores do Presidente da República, do Governo, e por outro devem ser elaborados a partir dos próprios institutos e centros de investigação científica e tecnológica e conciliados ao nível do Conselho Superior de Investigação Científica e Tecnológica, presidida pelo Ministro da Ciência e Tecnologia.

O investimento em quadros nacionais para o ensino e pesquisa deve ser uma prioridade da Nação, pois eles constituem o primeiro elo da enorme cadeia que é a investigação científica e tecnológica que em última instância se traduz em desenvolvimento.

V) Acções que contribuem para a Dinamização da Investigação Científica em Angola

Seguidamente apresentam-se algumas propostas julgadas imprescindíveis para o contínuo desenvolvimento da investigação científica em Angola. O interesse situa-se ao nível das linhas fundamentais, não sendo preocupação as acções que surgirão em consequência da sua implementação.

Primeiro: Em 1997 foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia e em seguida foi criado o Conselho Superior de Ciência e Tecnologia, como órgão do governo que define a política de investigação científica, avalia os projectos e controla a sua execução;

Segundo: Foi criado o Estatuto da Carreira do Investigador suficientemente aberto para permitir a colaboração de individualidades nacionais ou estrangeiras de reconhecida competência e mérito científico;

Terceiro: Recomenda-se a melhoria, estabilização e desenvolvimento contínuo do ensino a todos os níveis, com especial realce para o universitário, fundamental para a dinamização da investigação científica nacional;

Quarto: Articulação entre a reformulação do ensino superior e a dinamização da investigação científica;

Quinto: Pós-graduação, regular, contínua, crescente e orçamentada;

Sexto: Concessão de uma percentagem crescente do PIB para a investigação científica;

Sétimo: Concessão de incentivos aos agentes económicos que investirem na investigação científica e tecnológica;

Oitavo: Desenvolvimento da cooperação internacional no domínio da investigação científica e tecnológica.